



Índice

- 01 [Após quatro meses, indígena é preso suspeito de homicídio](#)
- 02 [Inscrições para especialização indígena terminam nesta sexta-feira](#)
- 03 [Vicente Vuolo registra pré-candidatura a senador nesta quinta-feira](#)
- 04 [Juiz extingue ação de indenização a posseiros retirados de reserva em MT](#)
- 05 [Justiça acata pedido que obriga Funai e União redelimitar Terra Indígena](#)
- 06 [A página da I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas já está no ar!](#)
- 07 [Instalação de hidrelétricas de pequeno porte pode ter regras simplificadas](#)
- 08 [Ditadura Militar... nunca mais](#)
- 09 [Reserva indígena Krenyê não será mais criada na Região do Médio Mearim](#)
- 10 [Informe nº 1083: Entidades denunciam violações de direitos do povo Tupinambá de Olivença à ONU](#)
- 11 [Morre Höpryre Ronore Jopikti Payaré, o grande chefe do povo Akrãtikatêjê](#)
- 12 [MP do Pará cobra a volta de barcos ambulâncias para atender ribeirinhos](#)
- 13 [Os assassinos de Humaitá vão pagar por seus crimes?, por Sérgio Pires](#)
- 14 [Governador do Mato Grosso pretende legalizar pedágio indígena no estado](#)
- 15 [Juiz ignora ação de produtores rurais expulsos da Suiá-Missu \(Marãiwatsédé\)](#)
- 16 [Conflitos gerados pela Funai incidem sobre 285 municípios](#)



- 17** Povo Apinajé: Educação escolar indígena
- 18** Agricultores rejeitam áreas oferecidas pela Incra para reassentamento dos expulsos da Awá-Guajá, no Maranhão
- 19** Em defesa do Quilombo de Bombas e em homenagem a um Defensor Público que dignifica a tod@s nós
- 20** Universidade de Brasília reduz de 20% para 5% reserva de vagas para negros
- 21** Força Nacional continua em RO por mais 60 dias
- 22** MA: famílias desintrusadas da TI Awá aceitam área disponibilizada pelo Incra
- 23** Curso preparatório para pós-graduação para negros e indígenas termina hoje
- 24** Exposição em Manaus reúne produtos indígenas e biojoias
- 25** Dourados realiza dia 12 o 4º Miss e Mister Indígena
- 26** Debate aborda questão indígena nos Campos Gerais
- 27** Abertura dos jogos dos povos indígenas do RS 2014
- 28** Curso "Equidade na pós-graduação" recebe inscrições até hoje
- 29** Violações a direitos indígenas, foco de nova audiência da Comissão Nacional da Verdade em MS
- 30** Justiça nos Trilhos lança Mapa das Comunidades afetadas pelo Programa Grande Carajás



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Após quatro meses, indígena é preso suspeito de homicídio

SÍTIO G1, 03.04.2014

*Ele é suspeito de matar outro indígena, em novembro do ano passado.
Maurílio Cawar Krahô está preso na cadeia de Araguacema.*

O indígena Maurílio Cawar Krahô, de 40 anos, foi preso nesta quarta-feira (2), em Itacajá, norte do Tocantins. Ele é suspeito de matar um outro indígena às margens do rio Manoel Alves e estava sendo procurado desde novembro do ano passado, quando aconteceu o crime.

A polícia chegou até o suspeito depois de informações de que ele estaria em um bar, no centro do município. No momento da prisão, o suspeito não ofereceu resistência. Ele está preso na Cadeia Pública de Araguacema.



Inscrições para especialização indígena terminam nesta sexta-feira

SÍTIO G1, 03.04.2014

*Curso será oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados.
Processo seletivo terá prova escrita aplicada no dia 14 de abril.*

Termina nesta sexta-feira (4), o prazo de inscrições para o curso de especialização em educação intercultural indígena, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As inscrições devem ser feitas somente pela internet. Foram disponibilizadas 36 vagas.

Pode participar da seleção qualquer profissional com diploma de nível superior, independentemente de atuar ou não na área. O curso terá 18 meses com carga de 405 horas.

Nos dois primeiros semestres, as aulas serão às sextas-feiras à noite e aos sábados pela manhã e tarde. No terceiro, os alunos se dedicarão à produção de um artigo científico, que será apresentado como trabalho final.

O processo de seleção será composto de uma prova escrita, que segundo o site da UFGD será aplicada no dia 14 de abril. O início das aulas está programado para o mesmo mês. Mais informações pelo telefone (67) 3410-2621.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Vicente Vuolo registra pré-candidatura a senador nesta quinta-feira

SÍTIO O DOCUMENTO, 03.04.2014

Walmir Santana

Da Editoria

O economista Vicente Vuolo registra logo mais às 15h, desta quinta-feira (03), na sede estadual do PT, sua pré-candidatura a senador, ele conta com 450 assinaturas de apoio de filiados petistas de todas as correntes. Vicente também recebeu apoio do Movimento Indígena, Movimento Negro, e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (Fetagri).

Segundo a assessoria de Vuolo, na ocasião, devem estar presentes o presidente Willian Sampaio, o secretário-geral Paulão e os deputados estaduais Alexandre César e Ademir Brunetto.

Em carta dirigida à direção do PT, Vicente destaca seu compromisso com a classe trabalhadora e a ética, e diz que pretende ajudar no fortalecimento do Governo Dilma Rousseff (PT), além de atuar em defesa dos trabalhadores, da agricultura familiar, da educação de qualidade e da cultura.

Vuolo é economista e cientista político e já foi vereador por Cuiabá. Atualmente, trabalha como analista legislativo no gabinete do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele é sindicalista com forte atuação no Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União).

Cuiabano, ele deve seguir os passos do pai, pois é filho do ex-senador Vicente Emilio Vuolo, que dá nome à ferrovia que liga Rondonópolis ao sul do país, e sempre acompanhou a luta do pai pela implantação da estrada de ferro em Mato Grosso.



Juiz extingue ação de indenização a posseiros retirados de reserva em MT
SÍTIO G1, 03.04.2014

*Terra Indígena Marãiwatsédé foi desocupada em janeiro de 2012.
Justiça Federal entendeu que ação proposta pela Aprosum era inviável.*

A Justiça Federal em Mato Grosso extinguiu o processo movido pela Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missú (Aprosum) que pedia indenização aos não índios que foram retirados da Terra Indígena Marãiwatsédé, reserva de 165 mil hectares localizada na região nordeste do estado. A decisão é do juiz substituto no exercício da titularidade da 1ª Vara, Ilan Presser.

A ação da Aprosum tinha ainda o objetivo de impedir nova desintrusão da terra e a reintegração ou manutenção dos autores na posse da área disputada, permitindo a permanência até a conclusão de todo o litígio. A área foi totalmente desocupada pelos não índios em janeiro de 2013, após determinação da Justiça Federal, que entendeu que a reserva pertencia aos xavantes.

A Associação alegou ainda a nulidade do processo administrativo demarcatório que criou a reserva indígena e a ausência de respeito ao contraditório e ampla defesa no processo judicial que gerou a ordem de desintrusão dos não índios naquelas terras. Afirmou também que os não índios posseiros ou proprietários que foram retirados da reserva indígena viviam há mais de 20 anos no local, se somadas com a posse dos antecessores, e realizaram benfeitorias. A ação era contra o Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

O juiz alega que a ação deve ser extinta prematuramente por causa da falta de condições da ação para o enfrentamento do mérito. A ação, diz, "busca rediscutir matéria já analisada acerca da tutela do direito dos povos indígenas", e que trata-se da proteção do direito de minorias assegurado constitucionalmente. Presser argumenta que a ocupação histórica das terras pelos xavantes já foi confirmada em primeiro e segundo grau de jurisdição, "não cabendo qualquer discussão por parte deste juízo a respeito do direito vindicado na ação de conhecimento".

O magistrado afirma ainda que o Poder Judiciário não pode suspender o cumprimento do mandado de desintrusão, porque a fase atual do procedimento é de cumprimento provisório da sentença. Sobre o pedido de retenção por benfeitorias, o magistrado considerou inadequado, porque "deveria ter sido formulado durante o processo de conhecimento, de forma individual por cada interessado, dada a necessidade de se relacionar cada uma das benfeitorias, o valor da indenização pretendida bem como a comprovação da origem da posse e sua classificação como sendo de boa fé".

Presser diz que, que como o mandado foi cumprido há um ano e os bens remanescentes foram destruídos, não tendo sido identificados os supostos beneficiários, a ação mostra-se inviável.

Justiça acata pedido que obriga Funai e União redelimitar Terra Indígena
SÍTIO OLHAR DIRETO, 03.04.2014



A Justiça Federal em Mato Grosso acatou parcialmente, nesta quarta feira (2), o pedido liminar proposto pelo Ministério Público Federal (MPF) em face da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da União, para que sejam solucionados os problemas de demarcação da área ocupada pela etnia Manoki (Terra Indígena Irantxe).

Os objetivos da ação civil pública eram: concluir o procedimento de demarcação da Reserva Irantxe (no prazo de 30 dias); expedir ordem judicial para que a União proceda à confecção do decreto homologatório da Terra Indígena (também no prazo de 30 dias); registrar a Terra Indígena, nos termos do art. 6º, do Decreto n. 1.775/96.

Leia mais

João Emanuel consegue restituição de prazo para apresentar defesa em ação penal

Conforme os autos, a Terra Indígena Irantxe, localizada no Município de Brasnorte/MT, foi criada pelo Decreto Presidencial n. 63.368/1968. Entretanto, desde sua fundação, os limites da referida área foram questionados visto que a demarcação não representaria as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, além de apresentarem condições naturais impróprias, diversas do habitat original dos Manoki.

No pedido, o MPF enfatiza que a partir do ano 2000 foram adotadas diversas providências pela Funai, buscando a realização de novos estudos e levantamentos de identificação, que concluíram pela necessidade de revisão da delimitação da Terra Indígena Irantxe, cuja área passaria de 45.556 hectares para cerca de 252.000 hectares, retificando-se também o nome da ocupação tradicional para Terra Indígena Manoki.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Em busca de defesa, a Funai contestou a impossibilidade jurídica do pedido. Já a União tentou argumentar sobre a incompetência da Seção Judiciária, procurando, assim como a Funai, caracterizar a impossibilidade jurídica do pedido. Ambas as afirmações não foram aceitas.

Nesse contexto, o pedido liminar foi proferido parcialmente, no que pertine aos pleitos para o efeito de obrigar a Presidenta da República, no prazo de 30 dias, a homologar a TI Manoki através de decreto presidencial e, em 30 dias, impor à Funai promover o registro, em cartório imobiliário e na Secretaria do Patrimônio da União, da Terra Indígena.

“Ante exposto, julgo procedente em parte o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, para determinar à Funai e à União que impulsionem e ultimem o processo de demarcação da Terra Indígena Manoki, com o cumprimento das fases previstas nos artigos 5º e 6º do Decreto n. 1.775/1996”, diz trecho da decisão.

Em caso de atraso ou não cumprimento da medida liminar, foi estipulada multa diária no valor de R\$ 3 mil.



A página da I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas já está no ar!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.04.2014

Arpin Sul

Com o objetivo de aproximar a sociedade curitibana sobre as culturas indígenas do Brasil, a I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas ocorre entre os dias 14 e 19 de abril em diversos espaços culturais da capital paranaense, com o intuito de pluralizar o acesso e a divulgação de 16 filmes produzidos em diversas regiões do país e com entrada gratuita em todas as exibições. Além dos filmes em formato, longa e curta-metragem, o evento recebe ainda palestras e apresentações culturais. A Mostra ocorre paralelamente ao Abril Indígena, evento nacional em alusão ao Dia do índio, que ocorre no dia 19 com uma programação especial na Cinemateca.

Além dos eventos nas outras regiões do país, em Curitiba, pela primeira vez a capital paranaense recebe nove estreias sobre a temática indígena. E vale ressaltar que todas as películas foram premiadas nos principais festivais nacionais e internacionais.

Como parte das comemorações, a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN SUL, realizadora da I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas, promove o bate-papo com o cineasta e secretário executivo da ONG Vídeo nas Aldeias, Vincent Carelli. Reconhecido e premiado internacionalmente pelos filmes dirigidos por ele ao longo de quase trinta anos na divulgação das culturas indígenas.

A I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas é realizada com o apoio e parceria das produtoras Vídeo Nas Aldeias, Pajé Filmes, Filmes de Quintal, Vitrine Filmes e Movimentto Marketing Produções. E os respectivos órgãos, Prefeitura Municipal de Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, Cinemateca de Curitiba e Biblioteca Pública do Paraná.

O site oficial da mostra (linkado acima) já está no ar com toda a programação completa.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Instalação de hidrelétricas de pequeno porte pode ter regras simplificadas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.04.2014

Karine Melo – Repórter da Agência Brasil

Está pronto para votação no plenário do Senado, o projeto de lei da Câmara (PLC 1/2014) que incentiva a implantação de centrais hidrelétricas de pequeno porte.

A proposta, aprovada nesta terça-feira (1º) pela Comissão de Infraestrutura da Casa, reduz a burocracia que envolve esses empreendimentos e dispensa de concessão, permissão ou autorização o aproveitamento de potenciais hidráulicos de até 3 mil quilowatts, além de isentar de autorização a produção independente de até 50 mil quilowatts de energia. Atualmente a lei dispensa essas formalidades apenas para o aproveitamento de potenciais hidráulicos de até 1 mil quilowatts.

O relator na Comissão de Infraestrutura, senador Ivo Cassol (PP-RO), lembrou que o sistema elétrico nacional foi estruturado em torno de grandes hidrelétricas ligadas aos consumidores por meio de longas linhas de transmissão. Para ele, a proposta é necessária porque a frequência da interrupção de energia, ou blackouts, tem mostrado a fragilidade do sistema.

Cassol ressaltou que a construção de mais centrais hidrelétricas de pequeno porte trará aumento da potência instalada do parque gerador e melhor distribuição geográfica da geração de energia, reduzindo a dependência das linhas de transmissão.

Edição: Denise Griesinger



Ditadura Militar... nunca mais
SÍTIO O PROGRESSO, 03.04.2014

O protesto realizado no dia 22/03/2014 nas duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio, que pedia uma nova intervenção militar e o retorno da ditadura comandada pelas Forças Armadas reuniu cerca de 650 pessoas. O protesto visava os preparativos para uma grande marcha na terça-feira, dia 1º de abril, uma mentira que durou mais de 20 anos.

Segundo o relatório da Comissão da Verdade Já são foram descobertos 1.196 casos de trabalhadores rurais assassinados ou desaparecidos por razão ideológica e disputa fundiária no campo, entre setembro de 1961 e outubro de 1988, período indicado pela Lei nº 9.140/1995 – a primeira lei a reconhecer que pessoas foram assassinadas pela ditadura militar (1964-1985).

Apesar do número expressivo (3,5 vezes acima do total de reconhecidos oficialmente como mortos por perseguição política) apenas 51 casos foram analisados pela CEMDP e desses 29 tiveram a causa da morte relacionada à questão política. “Ficando excluídos 1.145 casos de camponeses e seus apoiadores mortos ou desaparecidos”, grande parte porque não teve “acesso nem reconhecimento aos direitos da Justiça de Transição”. A SDH prepara estudo sobre a situação dos indígenas – que tiveram direitos afetados principalmente por causa de projetos de infraestrutura, como abertura de estradas. Segundo Viana, houve casos documentados em que indígenas que resistiam às obras eram tratados como guerrilheiros. O relatório deve ficar pronto em dezembro.

O reflexo da ditadura militar em relação aos povos indígenas é matéria que apresenta peculiaridades por se tratar de populações que historicamente são vítimas da ação repressiva e genocida do Estado. Para atuar nesses casos, foi criado, em 2013, o GT da 6ª Câmara do Ministério Público Federal. O trabalho que vem sendo realizado é o de definir critérios para qualificar e quantificar as violações aos povos indígenas no âmbito da ditadura militar, propor padrões de medidas de justiça transicional pertinentes com as peculiaridades da causa indígena, auxiliar o trabalho dos procuradores naturais na apuração e adoção de providências em relação a violações dos direitos indígenas na ditadura militar e articular-se com a sociedade civil, entidades e órgãos para estabelecer constante troca de informações e apoio.

O Relatório Figueiredo por exemplo, documento de investigações do próprio Estado Brasileiro, foi encontrado depois de um longo período. O documento com sete mil páginas apontava assassinatos de índios (individuais e coletivos), prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, usurpação do trabalho do índio, apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena, alienação de patrimônio indígena, cárcere privado, etc. Houve indicação, inclusive, dos responsáveis, das vítimas e das violências ocorridas, sendo, portanto, imprescindível conhecer o conteúdo do referido Relatório e seus desfechos

Somente a revisão da Lei de Anistia promulgada em 1979 e a punição dos culpados pelos crimes cometidos à sombra do Estado durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

poderão fazer com que o golpe que tirou do poder o então presidente João Goulart, ocorrido há 50 anos, possa se tornar de fato uma página virada da história nacional, essa vergonhosa página escrita com sangue de pessoas inocentes e de milhares de índios não pode e não deve ficar impune.

Na América Latina, os nossos vizinhos estão há muito tempo processando e condenando esses torturadores, como é o caso da Argentina, onde até ex-presidentes ditadores foram condenados à prisão perpétua, no Chile o caso Pinochet. No Brasil, os que fizeram parte da ditadura estão morrendo de velhice, de morte natural, sem sequer serem processados. Refletir sobre o golpe civil-militar que completou 50 anos no dia 1º de abril de 2014, é um dever de cada cidadão e lutar para que essa vergonha nunca mais se repita

O reflexo da ditadura militar em relação aos povos indígenas apresenta peculiaridades nas atrocidades cometidas, povos inteiros desapareceram, ou simplesmente deixaram de existir mortos pelas formas mais cruéis, rajadas de metralhadora disparadas de helicópteros; o povo Guarani em razão da construção da Hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná; as atividades desenvolvidas durante o funcionamento do Reformatório Krenak; e as atividades da Guarda Rural Indígena (GRI), em Minas Gerais e tanto outros.

É índio residente na Aldeia Jaguapiru Advogado OABMS 10.689 e Jornalista SRTE 773MS



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Reserva indígena Krenyê não será mais criada na Região do Médio Mearim

SÍTIO BLOG FALANDO SÉRIO BACABAL, 03.04.2014

O povo conseguiu uma grande vitória nessa tarde de quinta feira 03/04. Durante a audiência a justiça reconheceu que a região do Médio Mearim é altamente produtiva, isso foi reconhecido também pelos representantes do índios que pretendiam fazer uma reserva indígena na localidade perd do salgado. Ficou definhado que os índios Krenyês irão procurar uma reserva na região de Barra do Corda.

O juiz federal, Dr. Madeira, juntamente com o Dr. Alexandre Soares do Ministério Público Federal e com a FUNAI, decidiram que não irão criar a reserva indígena Krenyê na Região do Médio Mearim e que a mesma permanecerá na cidade de Barra do Corda, onde os índios vivem há mais de 70 anos. Uma grande vitória numa força conjunta com os prefeitos de Vitorino Freire, Bom Lugar, Olho D'Água das Cunhãs, Lago Verde e Bacabal, nossa contribuição parlamentar em parceria com os companheiros, foi de fundamental importância nessa conquista para toda a população da Região do Médio Mearim.

Blog antoniofilhomirante



Informe nº 1083: Entidades denunciam violações de direitos do povo Tupinambá de Olivença à ONU

SÍTIO CIMI, 03.04.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (Sinfrajupe) e a Vivat Internacional protocolaram na Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 27 de março, uma denúncia sobre diversas violações dos direitos do povo Tupinambá de Olivença, que mora na Serra do Padeiro, localizada no sul da Bahia. Nos últimos seis meses, cinco Tupinambá e um agricultor foram assassinados no interior da terra indígena.

Um dos primeiros povos a ter contato com os portugueses, no início do processo de colonização, os Tupinambá ainda não possuem nenhum território demarcado no Brasil. Com base na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Constituição Brasileira, dentre outras legislações, em documentos da sociedade civil e considerando o histórico da situação dos índios no Brasil, as organizações demandam “urgente atenção e intervenção no sentido de instar o governo brasileiro a cumprir as obrigações internacionais e constitucionais existentes, vis-à-vis à demarcação e ao registro do território indígena Tupinambá de Olivença”.

Registrando um longo histórico de violações, o povo Tupinambá de Olivença foi recentemente surpreendido com a militarização do território tradicional que ocupa e que é reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2009. Há aproximadamente dois anos o processo de demarcação está parado em alguma gaveta do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Ao invés de finalizar a demarcação, o governo federal, no dia 28 de janeiro deste ano, enviou para a Serra do Padeiro, próxima ao município de Buerarema, a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança, que com o apoio da Polícia Militar da Bahia e o pretexto de realizar uma reintegração de posse, montaram uma base de operações na área. Além das pressões dos fazendeiros e dos pistoleiros para que abandonem sua terra, os Tupinambá tiveram que enfrentar, de modo mais cotidiano, a força policial também.

O histórico de violência, muitas vezes estimulada pelo próprio Estado, parece interminável para este povo. “Parecia que iam derrubar as casas de tanto tiro. Foi muito tiro mesmo, e granada também”, afirmou Magnólia Tupinambá, diretora da escola indígena estadual localizada dentro da terra tradicional.

Depois das denúncias de que as reintegrações eram usadas por fazendeiros e pistoleiros para promover violências contra a comunidade indígena, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, suspendeu, em 24 de fevereiro, os processos de reintegração de posse em sete áreas localizadas nos limites da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Ainda assim a Força Nacional de Segurança e a Polícia Federal permaneceram no território até o dia 13 de março, quando venceu o instrumento legal que permitia a presença policial na área

CONT.



indígena. Porém, já no dia seguinte, o governo enviou tropas do Exército Brasileiro para o local, onde estão até hoje. Os indígenas perguntaram por diversas vezes a função e a razão para o patrulhamento, mas nunca obtiveram resposta.

Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Cimi, afirma que a motivação é clara: "É uma ferramenta política para sufocar a resistência dos Tupinambá. Na região da Serra do Padeiro não há conflito e os índios conseguem se manter de forma autônoma. A presença do Exército na área beira à ilegalidade, pois contraria a decisão do Supremo Tribunal Federal e a vontade dos indígenas, que têm sua autonomia ameaçada".

O clima de tensão se agravou na região depois da militarização do território. Os policiais promoveram ações de agressão, constrangimento e ameaças constantes a agricultores e indígenas. "Eles estão sempre forjando situações para nos incriminar, dando tiros de armas pesadas todas as noites. O Exército Brasileiro tem feito isso desde que entrou em nossa aldeia. Destruíu vários pertences de várias famílias indígenas", relata um documento denúncia escrito pelo Cacique Babau, no dia 24 de março.

Na carta, ele descreve um episódio em que policiais chegaram a molestar uma jovem de 14 anos com o pretexto de revistá-la. A denúncia também inclui a pressão sofrida por Babau, perseguido e ameaçado de morte pelos policiais. "Os policiais fizeram muitas perguntas [aos moradores da aldeia e pequenos agricultores da região] e com as mesmas ameaças expressando e afirmando que quer fuzilar o cacique e os seus irmãos".

Na denúncia encaminhada à ONU, as entidades chamam atenção da organização para a "inversão de prioridade do governo", que desrespeita a legislação interna e internacional ao não garantir o uso social da terra e o direito dos indígenas, e pede auxílio na apuração dos crimes cometidos contra as comunidades.

Expressivo apoio nacional e internacional

Na tarde desta quinta-feira (3) o Cimi protocolou em vários órgãos governamentais, juntamente com a representação feita na ONU, uma carta de apoio ao povo indígena e de indignação diante da militarização da terra Tupinambá de Olivença. Leia o documento aqui.

Assinada por mais de 100 organizações nacionais, 70 pesquisadores e cerca de 50 organizações internacionais, o documento afirma: "a demarcação definitiva trará benefícios tanto aos índios – pelo reconhecimento do seu território tradicional – como aos fazendeiros, que receberão a indenização prevista em lei. Diante disso, EXIGIMOS que sejam retirados do território Tupinambá o Exército e a Força Nacional, bem como seja regularizado o território Tupinambá e indenizados os pequenos agricultores".

Os documentos foram encaminhados às presidências da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ao ministério da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos e à Secretaria de Articulação Social, ambas vinculadas à presidência da República e à presidência da Funai, dentre outros órgãos governamentais, além de ter sido enviada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Morre Hõpryre Ronore Jopikti Payaré, o grande chefe do povo Akrãtikatêjê
SÍTIO CIMI, 03.04.2014



Como definir Hõpryre Ronore Jopikti Payaré, ou Edvaldo Valdenilson através de palavras, além de dizer que este nobre filho da Mãe Terra foi um grande homem, um grande pai, um grande filho, um grande sábio, um grande guerreiro, um grande defensor dos direitos humanos e ambientais, um grande líder político e espiritual que sempre lutou pela vida e os direitos do seu povo, os Akrãtikatêjê da Montanha, e dos demais povos indígenas da Amazônia e do Brasil?

Como nos reportar a este valoroso homem que, desde cedo, aprendeu o significado do que é resistir, lutar e enfrentar poderosas ameaças e desafios, a não ser lembrando que o Seu Payaré, como era conhecido por muitos aqui nessa região, foi um sobrevivente de um grande povo na Amazônia, praticamente dizimado pelo Estado Brasileiro em um dos momentos mais perversos e genocidas da história desse país para com os povos indígenas do Brasil, a década de 70 e a famigerada e assassina política de integração e desenvolvimento econômica do Governo Militar?

Foto: Marcos Reis

De fato não conseguimos encontrar palavras para tentar descrever a tão importante personalidade política, pois tememos que nossas palavras não deem conta de traduzir a grandeza moral, ética e espiritual de alguém tão importante e grandioso para nós. É muito doloroso tentarmos escrever um texto sobre a vida do Seu Payaré, pois isso implica descrevermos uma perversa cadeia de acontecimentos violentos históricos que nunca foram reparados, justificados ou assegurados os direitos para este líder e todo o seu povo. Contudo a forma como esse homem lutou a vida toda, consolidando-se como uma verdadeira expressão viva de força, resistência e teimosia nas últimas décadas frente às investidas de morte do capitalismo na Amazônia.

CONT.



DO CONTATO À RESISTÊNCIA E AO ETNOCÍDIO

O grupo Akrãtikatêjê da Montanha foi contatado e instalado no Posto de Atração da Funai em 1960, com uma população de aproximadamente 75 indivíduos. Com a desastrosa política de contato do Estado e a localização do aldeamento próximo à cidade de Tucuruí, o grupo sofreu um terrível processo de depopulação. De 75 indígenas apenas 10 sobreviveram, tornando-se esses, testemunhos vivos da violenta política de expansão econômica na época. Com o avanço das obras de construção da UHE Tucuruí a Funai “removeu” os 10 membros sobreviventes do grupo para a Terra Indígena Mãe Maria, de domínio dos Parkatêjê.

No entanto uma família, chefiada pelo líder Payaré, inconformada com a notícia de que o antigo e tradicional território iria ser completamente inundado pelo lago do reservatório da UHE Tucuruí, se recusou a acompanhar o restante do grupo. Permaneceram na área indígena até do final de 1983, quando, após muitas ameaças e violências sofridas, um escuso e desrespeitoso acordo financeiro com a Eletronorte obrigou forçadamente o último Akrãtikatêjê a abandonar definitivamente o seu antigo território e a se incorporar aos outros grupos Gavião, na Terra Indígena Mãe Maria, mesmo sabendo que, em um passado não muito distante, o grupo ao qual ele pertencia e o grupo Parkatêjê haviam travado algumas guerras –fato que permaneceu registrado para sempre na memória de D. Rônore, a “Mamãe Grande” do grupo e dos seus filhos.

A LUTA POR UM TERRITÓRIO

É na Terra Indígena Mãe Maria que o grande líder Payaré, junto com a sua querida mãe, a D. Honore e seus irmãos, mesmo com todas as divergências e dificuldades, iniciam uma nova luta política e jurídica que perdura até hoje. À revisão do direito de um território para o seu grupo, embora a justiça já tenha determinado a devolução de uma área similar àquela que foi destruída pelo Estado, na ocasião da construção da UHE Tucuruí, mas que não foi efetivada até hoje pela empresa Eletronorte.

De lá pra cá, foram mais de três décadas de luta, de resistência, de enfrentamento de um homem só, com sua mãe, contra todo um sistema opressor para ter o direito de ser ouvido e de denunciar o que todo o seu povo sofreu e perdeu com as políticas governamentais do Estado brasileiro de um tempo escuro, sombrio e sem perspectiva de futuro para os povos indígenas do Brasil.

Seu Payaré, nesse período histórico de luta, precisou se articular, se organizar e ir em busca de aliados e parceiros para denunciar as violações de direitos humanos sofridas pelo seu povo, exigindo respeito, direitos e justiça. É nessa ocasião que ele também conheceu os indigenistas do ISA, do Cimi, da Comissão Pró Índio de São Paulo, da CPT, educadores populares da região, líderes sindicais, juristas como Frederico Marés e, tantas outras pessoas que puderam ajudá-lo a mover ações judiciais contra a Eletronorte e o Estado brasileiro, que até hoje não resultaram em nada.

CONT.



Ao longo dessa batalha ele precisou também deixar sua família e seu povo por algum tempo e em vários momentos, para numa peregrinação sem fim, no Brasil e mundo a fora, denunciar o governo brasileiro sobre essas violações. Nesse percurso chegou a ir até a OEA e ONU com o objetivo de mostrar ao mundo a forma violenta com que o país tratava os povos indígenas. Sempre retornava convicto de que era preciso apoiar e ajudar ainda mais o seu povo Gavião, agora visto como um povo só, a se preparar e se unir ainda mais para enfrentar as ameaças perversas dos grandes projetos que assolavam os territórios indígenas na região.

A LUTA CONTRA OS GRANDES PROJETOS

Várias iniciativas foram pensadas, organizadas e articuladas por essa liderança indígena para garantir os direitos dos Gavião e de outros povos indígenas frente as obras do Programa Grande Carajás. Seu Payaré, também conhecido como Edvaldo Valdenilson, seu nome de batismo, não foi só um defensor da causa indígena, foi também um grande defensor dos direitos humanos, da natureza, tão violados e violentados pelos interesses nefastos do grande capital na Amazônia ao longo desses anos.

Junto com a sua família permaneceu na Aldeia Mãe Maria até o ano de 2009, quando resolveu se separar do grupo e construir sua própria aldeia, na região norte da Terra Indígena, visto por ele como um espaço onde finalmente poderia realizar um grande sonho, que era de reorganizar o seu grupo, os Akrãtikatêjê da Montanha, enquanto um povo distinto, falando sua língua materna, observando seus usos e costumes tradicionais próprios. Na nova aldeia pode lutar com mais força, contra a empresa Vale, para terem o direito de serem assistidos pelos programas da empresa, como as etnias Gavião que outrora vivem no mesmo território Mãe Maria. Incansável, o Seu Payaré questionava e denunciava firme e duramente a forma como esta empresa comprometeu a soberania política dos grupos Gavião, através dessa "assistência", fragilizando as relações sociopolíticas e culturais do grupo, favorecendo uma série de divisões internas que fragmentou a unidade política das comunidades, bem como ocasionou uma série de impactos socioambientais, econômicos e culturais irreversíveis para a vida dos grupos Gavião, que compromete os seus projetos de vida e de futuro.

Atualmente na luta contra os grandes projetos, ele sempre se posicionou contrário à duplicação da Ferrovia Carajás e a nova ameaça da construção de outra hidrelétrica que atingiria novamente o seu povo, a UHE Marabá, exigindo que cada grupo Gavião pudesse ter o direito de ser consultado de forma livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT, a Declaração Mundial dos Povos Indígenas da ONU e a própria Constituição Federal do Brasil, que aprendeu desde cedo a estudá-las, observá-las e a defendê-las como instrumentos políticos de garantia de direitos humanos e transformação de estruturas injustas de poder. Sempre manifestou, também, solidariedade e apoio incondicional à luta de outros povos indígenas na Amazônia e no Brasil pela conquista e respeito aos seus direitos.

Seu Payaré, indiscutivelmente foi um facilitador do Reino de Deus, do Bem Viver, da Terra Sem Males e de um outro mundo, melhor e possível para seu povo e para todos aqueles que conheceram a incomensurável nobreza de um espírito tão nobre e guerreiro. Por isso a perda de uma personalidade tão importante, que nunca chegou a vivenciar e sentir a alegria de ver o

CONT.



sonho se realizar, que era de usufruir o outro território que seu povo sempre teve direito e que até hoje é negado, é algo que incomoda, que revolta e que nos enche de indignação.

É por isso que no dia 30 de março de 2014, às nove horas da manhã, D. Honore, mergulhada em uma profunda dor que remonta a uma vida inteira de sofrimento, de luta, de perdas, juntamente com seus netos e família, bem como demais parentes Gavião e outros amigos - não apenas sepultou Seu Payaré naquela cova simples, no alto de uma pequena serra próxima à Aldeia Akrãti, onde reside o grupo, mas ela o devolveu para a Mãe Terra um dos seus mais nobres e valentes filhos que até o seu último momento soube viver sua vida com honra, ética e um amor profundo para com o seu povo, a natureza e a pessoa humana.

Ela sabia que assim o seu querido e primogênito filho voltaria através da terra e da natureza que sempre amou, para os seus antepassados, a fim de que este continue amparando e ajudando o seu povo a continuar forte, firme e unido na luta por justiça contra violências que não podemos esquecer, e que serve de exemplo de resistência e luta para outros povos indígenas que vivem a mesma situação hoje na Amazônia. Nesses dias, em que o grande líder indígena partiu daqui para outras terras, observamos que não tem parado de chover. Para nós, que acreditamos no Deus da Vida, este é um sinal de que a vida continua, se renova e de que a morte do Seu Payaré não foi e não será em vão.

Seus legados de justiça, de amor, de resistência, de luta, fé, solidariedade, fraternidade, comunhão pela vida e pelos direitos dos povos originários, tão ameaçados hoje em dia pela ganância do capital devem pulsar dentro de cada um dos seus descendentes e jamais ser esquecido pelos corações daqueles que o conheceram. Seu Payaré vive em todos os nossos sonhos de libertação, de justiça e de amor.

Marabá, Pará, 31 de março de 2014.

Conselho Indigenista Missionário; Comissão Pastoral da Terra; Diocese de Marabá; Pastorais Sociais Ampliadas; Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense; Justiça nos Trilhos; Sociedade Paraense de Direitos Humanos; Movimento dos Atingidos por Barragem; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Instituto Federal do Pará -Campus Marabá; Universidade do Estado do Pará -Campus Marabá; Nova Cartografia Social da Amazônia; Fórum da Amazônia Oriental; Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular; Movimento Debate e Ação; Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará; Faculdade de Educação do Campo - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

MP do Pará cobra a volta de barcos ambulâncias para atender ribeirinhos

SÍTIO EBC, 03.04.2014

Ação Civil Pública do Ministério Público do Pará contra o município de Belém , cobra a regularização urgente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência por meio das "ambulanchas", que são embarcações adaptadas com equipamentos médicos.



Os assassinos de Humaitá vão pagar por seus crimes?, por Sérgio Pires

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 03.04.2014

No próximo dia 16, se completarão quatro meses do sequestro e assassinato de três pessoas, na aldeia Tenharim, em Humaitá. O triplo crime bárbaro, vitimou três pais de família, inocentes, que passavam pelo local porque estava a trabalho, na busca de seu sustento. Cinco índios foram presos, entre eles dois filhos do Cacique Ivan Tenharim, que morrera dias antes num acidente de moto, mas que, segundo as versões até hoje não contestadas, seria o motivo da vingança. Os índios não acreditaram que seu cacique havia bebido demais e andava em alta velocidade com sua moto, mas que ele teria sido morto por brancos. O triplo assassinato de Humaitá revoltou a população, que em pleno dia de Natal, no final do ano passado, incendiou o prédio da Funai, queimou veículos e um barco que servia para atender a tribo. Passado todo esse tempo - e até em função de novos acontecimentos, como a grande enchente do rio Madeira, que isolou também várias áreas de Humaitá - o assunto finalmente voltou ao noticiário e não caiu no esquecimento, como se poderia esperar.

O caso dos índios matadores andou. A Justiça do Amazonas decretou a prisão preventiva deles. Finalmente, uma ação louvável! As famílias, que perderam seus entes queridos por nada, continuam inconformadas. A sociedade espera mesmo a verdadeira Justiça. O que não pode acabar acontecendo é que quem matou brutalmente três seres humanos indefesos, fique sem ser julgado e sem penas pesadas a cumprir. Não se está sendo pessimista. Mas se até hoje, dez anos depois do massacre dos 27 garimpeiros em Roosevelt, nenhum entre a mais de uma centena de índios denunciados sequer foi indiciado, imagine-se "apenas" três vidas de brancos. Ainda bem que o Judiciário amazonense não topou partir para o caminho da impunidade. Ao menos até agora...

Texto publicado originalmente no site www.rondoniadinamica.com



Governador do Mato Grosso pretende legalizar pedágio indígena no estado

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 03.04.2014

A Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso mediou, na última segunda feira (31), uma reunião entre comunidades indígenas Pareci e o governo de Mato Grosso discutir a legalização dos pedágios na MT-235, em Campo Novo do Parecis. Representantes dos índios Pareci de Tangará da Serra, Sapezal, Conquista D'Oeste e Campo Novo do Parecis cobraram do governador o reconhecimento e a permanência da cobrança de pedágio de veículos. O trecho requerido pelos índios atravessa a Terra Indígena Utiariti, entre Sapezal e Campo Novo do Parecis.

O governador Silval Barbosa reconheceu, durante a reunião, a existência de um acordo firmado entre os índios Pareci, Funai e o governo do estado, ainda antes da pavimentação da rodovia. "Me comprometo debruçar sobre o assunto para encontrar viabilidade jurídica e evitar prejuízos para as comunidades indígenas. Vamos trabalhar com prioridade", disse Silval.

O Procurador-Geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior, disse que formará uma equipe para trabalhar em parceria com a Procuradoria Geral da União e a Funai para buscar uma forma de dar viabilidade jurídica à cobrança ilegal do pedágio.

Segundo o deputado Wagner Ramos (PR), responsável pelo encontro, o acordo para a cobrança ilegal foi firmado entre os índios, a Funai e o governo mato-grossense na gestão do Blairo Maggi, hoje Senador. "É uma questão de compromisso, de cumprimento de acordos anteriores. São terras indígenas utilizadas por todos e existem os custos de manutenção que devem ser cobertos com essa cobrança do direito de passagem", disse o deputado.

A cobrança de pedágio por índios é ilegal. Uma das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol diz que "o trânsito de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas". Outra condicionante afirma de forma ainda mais expressa "a cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público".



Juiz ignora ação de produtores rurais expulsos da Suiá-Missu (Marãiwatsédé)

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 04.04.2014

A Justiça Federal em Mato Grosso extinguiu o processo movido pela Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missu (Aprosum) que pedia indenização aos não índios que foram expulsos da antiga fazenda Suiá-Missu, demarcada pela Funai como Terra Indígena Marãiwatsédé. A decisão é do juiz substituto no exercício da titularidade da 1ª Vara, Ilan Presser.

A ação da Aprosum tinha ainda o objetivo de impedir nova desintrusão da terra e a reintegração ou manutenção dos autores na posse da área disputada, permitindo a permanência até a conclusão de todo o litígio. A área foi totalmente desocupada por tropas do Governo Federal em janeiro de 2013, após determinação da Justiça Federal, que entendeu que a área pertencia aos xavantes.

A Associação alegou ainda a nulidade do processo administrativo demarcatório que criou a reserva indígena e a ausência de respeito ao contraditório e ampla defesa no processo judicial que gerou a ordem de desintrusão dos produtores rurais não índios naquelas terras.

Os não índios que foram expulsos da reserva indígena viviam há mais de 20 anos no local e realizaram benfeitorias incluindo um pequeno povoado, que foi totalmente demolido pelo Governo. A ação era contra o Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

O juiz aleou que a ação deve ser extinta prematuramente por causa da falta de condições da ação para o enfrentamento do mérito. A ação, diz, "busca rediscutir matéria já analisada acerca da tutela do direito dos povos indígenas", e que trata-se da proteção do direito de minorias assegurado constitucionalmente. Presser argumenta que a ocupação histórica das terras pelos xavantes já foi confirmada em primeiro e segundo grau de jurisdição, "não cabendo qualquer discussão por parte deste juízo a respeito do direito vindicado na ação de conhecimento".

Nesse caso importa pouco que o laudo antropológico tenha sido uma fraude armada entre a Liquifarm Suiá-Missu, dona da antiga Fazenda, as antropólogas que fizeram o laudo e o bispo Dom Pedro Casaldáliga. Uma vez que os laudos técnicos atestam a fraude como verdade, o juízo nada pode fazer.

O magistrado afirma ainda que o Poder Judiciário não pode suspender o cumprimento do mandado de desintrusão, porque a fase atual do procedimento é de cumprimento provisório da sentença. Sobre o pedido de retenção por benfeitorias, o magistrado considerou inadequado, porque "deveria ter sido formulado durante o processo de conhecimento, de forma individual por cada interessado, dada a necessidade de se relacionar cada uma das benfeitorias, o valor da indenização pretendida bem como a comprovação da origem da posse e sua classificação como sendo de boa fé".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Na semana passada todos os prédios restantes na área da antiga fazenda foram demolidos, incluindo o posto que deu nome ao lugar, Posto da Mata, e as igrejas que haviam sido poupadas na primeira ação de desintrusão.

Presser diz que, que como o mandado foi cumprido há um ano e os bens remanescentes foram destruídos, não tendo sido identificados os supostos beneficiários, a ação mostra-se inviável. -



Conflitos gerados pela Funai incidem sobre 285 municípios

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 04.04.2014



As disputas por espaço decorrentes das demarcações de terras indígenas estão crescendo no Brasil na medida em que a Funai acelerou os processos de demarcação nas regiões sul e centro-oeste. De 1988 até hoje, as terras indígenas passaram de 16 milhões para 110 milhões de hectares, o que representa 13% do território nacional e um crescimento de 593%. Os conflitos com propriedades invadidas chegam a 285 municípios em todo o país, segundo estimativa da CNA. Os problemas se concentram no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Bahia, mas estão presentes em pelo menos 13 estados. A polêmica, contudo, gira em torno do processo de demarcação, hoje a cargo exclusivo da Funai. O modelo atual gera suspeitas por parte do setor produtivo, inclusive de atuação política e ideológica a favor dos indígenas.

Para o procurador de Justiça do Rio Grande do Sul e membro do Grupo de Trabalho Indígena do mesmo estado, Rodinei Candeia, os processos obscuros das demarcações em áreas ocupadas por agricultores não indígenas são parte de uma estratégia política para ampliar as reservas a qualquer custo. "A Funai, o MPF e as ONGs envolvidas têm um perfil ideológico definido e querem impor suas concepções ao país", indica o procurador. "É claro o desvio de finalidade e a manipulação grosseira dos laudos para caracterizar as áreas como indígenas", acrescenta Candeia.

Foi Rodinei Candeia quem levantou a lebre da fraude na demarcação da Terra Indígenas do Mato Preto, no norte do Rio Grande do Sul. Documentos públicos compilados por Candeia expuseram a atuação da antropóloga responsável pela demarcação. "A narrativa de que a antropóloga participou de sessões com uso do chá do Santo Daime, tão surpreendente quanto absurda, foi feita por ela mesma em sua tese de doutorado, disponível no site da Universidade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Federal de Santa Catarina. O importante é que a tese descreve de fato como foi decidida a invasão de uma área em Mato Preto para reivindicação como indígena, diferentemente do que consta no laudo realizado pela mesma antropóloga, que fora nomeada como chefe do Grupo de Trabalho da Funai”, detalha Rodinei Candeia.

Clique aqui a faça o download da tese da antropóloga onde é relatado o ritual com chá do Santo Daime que levou à demarcação da Terra Indígena do Mato Preto.

Em função da sua atuação contra a expropriação de terras promovida pela Funai através de laudos de demarcação, Candeia foi afastado do tema por uma ação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Povo Apinajé: Educação escolar indígena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.04.2014



PEMPXÀ – No dia 24 de fevereiro de 2014, estivemos reunidos no MPF-TO em Palmas, em audiência discutindo a situação das estradas vicinais de acesso às aldeias indígenas do Estado do Tocantins. Estavam presentes os Procuradores da República Dr. Álvaro Lutufo Manzano e a senhora Aldirla Pereira de Albuquerque e os representantes da Agência de Transportes e Máquinas do Tocantins-AGETRANS, da FUNAI, das prefeituras de Formoso do Araguaia e Itacajá e das Associações Wyty Câte e PEMPXÀ. Os prefeitos de Tocantinópolis e Maurilândia teriam sido convidados, mas não compareceram e nem enviaram representantes.

Na audiência cobramos das autoridades providências urgentes para recuperação de trechos críticos das vicinais de acesso às aldeias Apinajé que foram seriamente danificados pelas chuvas. Ressaltando que essa situação está prejudicando e inviabilizando o Transporte Escolar, o atendimento à Saúde Indígena e outros serviços essenciais nas comunidades. O representante da AGETRANS se comprometeu por meio de sua representação de Tocantinópolis, fazer imediatamente o levantamento dos trechos mais críticos para efetivar os serviços de recuperação em caráter emergencial.

Uma semana depois da audiência que aconteceu em Palmas, os serviços de levantamento das vicinais foram concluídos pelos servidores da AGETRANS e FUNAI. Entretanto até o momento não foram iniciados a recuperação dessas vicinais de acesso às aldeias São José, Cocal Grande,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Bacabinha, Serrinha, Boi Morto, Bacaba, Aldeinha, Mariazinha, Riachinho, Cipozal e Recanto no município de Tocantinópolis e Mata Grande, Botica e Barra do Dia no município de Maurilândia.

Dessa forma nos últimos dias temos testemunhado as estradas vicinais sendo interrompidas por valas e enormes crateras causadas pelas águas das chuvas, fator que está dificultando e impedindo a circulação dos ônibus escolar entre as aldeias e deixando as crianças sem aula. Desta vez queremos cobrar responsabilidades também das Secretarias de Educação e Cultura e Infraestrutura do Tocantins e novamente alertar as Prefeituras de Tocantinópolis e Maurilândia, AGETRANS e FUNAI sobre essa situação que foi transformada numa "brincadeira" que ninguém quer levar a sério e resolver.

Diante desse descaso do Estado, durante reunião ocorrida no último dia 01/04/2014 na divisa da terra indígena Apinajé onde estavam presentes o senhor Ricardo Burg, técnico Indigenista da Coordenação Geral de Licenciamento da FUNAI, Marcelo Gonzalez, técnico indigenista e Bruno Aluísio Braga, Coordenador da FUNAI/CTL de Tocantinópolis e mais de 200 lideranças Apinajé, de 22 aldeias para tratar da questão do Licenciamento Ambiental da TO-126, resolvemos aguardar o Estudo de Impacto Ambiental – EIA para decidir sobre a pavimentação da TO-126. No entanto, alertamos as prefeituras de Tocantinópolis e Maurilândia e a AGETRANS para a urgência na recuperação dessas vicinais que foram e estão sendo muito afetadas pelas chuvas.

Solicitamos ao MPF-TO e FUNAI providências para solução imediata para essa situação caótica das estradas. Se nada for feito ficaremos ainda mais prejudicados.

Terra Indígena Apinajé, 04 de Abril de 2014.
Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Agricultores rejeitam áreas oferecidas pela Incra para reassentamento dos expulsos da Awá-Guajá, no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 04.04.2014

O pequeno agricultor Antônio Moraes da Silva, expulso pela Funai do povoado Cabeça Fria, disse que os agricultores que vivem na área demarcada pela Funai no Maranhão não se adaptarão à forma de produção coletiva dos locais onde o Incra pretende reassentá-los. "Na nossa visita ao assentamento vimos que lá as famílias plantam em lotes coletivos. Queremos a demarcação individual dos lotes", asseverou Silva ao Juiz do caso, José Carlos do Vale Madeira.

O juiz federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, se reuniu com representantes do Governo Federal para avaliar o andamento das ações de expurgo das famílias de não índios que vivem na área demarcada pela Funai como Terra Indígena Awá, localizada no noroeste do Maranhão. A reunião ocorreu na última terça-feira (1º), às 15 horas, na Sede da Justiça Federal, em São Luís.

Madeira foi informado de que uma comissão de trabalhadores rurais visitou, no período de 26 a 30 de março, as áreas em Coroatá e Parnarama disponibilizadas pelo Incra no Maranhão para o reassentamento das 225 famílias expulsas pela Funai. A comissão foi composta por cinco trabalhadores rurais, com a participação de grupos dos três maiores povoados existentes no perímetro demarcado como Terra Indígena Awá: Caju, Cabeça Fria e Vitória da Conquista. Os três estão sendo completamente demolidos pela Funai.

Na reunião, o coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pela operação de limpeza étnica, Nilton Tubino, informou que a operação será prorrogada até o dia 20 de abril.

"Precisamos de mais alguns dias para retirar as 28 famílias que ainda estão no povoado Vitória da Conquista, fechar alguns ramais de estradas, colocar placas indicando os limites da reserva indígena, enfim, fazer os últimos acertos", explicou Tubino, lembrando que toda a rede elétrica do programa Luz Para Todos do Governo Federal existente dentro da área demarcada (postes, transformadores e fiação) será retirada pela Companhia Energética do Maranhão (Cemar) após esse prazo.

O juiz federal José Carlos do Vale Madeira agendou para o dia 24 de abril, às 15h, na sede da Justiça Federal do Maranhão, a próxima reunião do Comitê de Acompanhamento da Desintusão da Terra Indígena Awá. O prefeito de Parnarama, Davi Carvalho, que é contra o envio das degredados, será convidado a participar. O objetivo é sensibilizá-lo a mudar de ideia e apoiar as famílias que estão sendo expulsas de São João do Caru.

"O município precisa apoiar esta ação, construindo escolas, postos de saúde, melhorando as estradas de acesso ao assentamento. Essas famílias precisam ter acesso às políticas públicas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

para se manterem na área”, explicou o juiz.

Também participaram da reunião na Justiça Federal o procurador da República Alexandre Soares, representantes da Advocacia-Geral da União, Funai, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e Companhia Energética do Maranhão (Cemar).



Em defesa do Quilombo de Bombas e em homenagem a um Defensor Público que dignifica a tod@s nós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.04.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Recebi terça-feira um texto que merecia ser lido e divulgado de imediato, tanto pela sua importância quanto pela qualidade, mas infelizmente isso não pode acontecer. São 104 páginas sobre Bombas, um Quilombo praticamente invisível, acessado por uma picada lamacenta e escorregadia, entre morros e matos, por onde doentes são carregados em macas improvisadas pela comunidade, grávidas parem em condições inadequadas, doentes graves morrem no meio do caminho.

Nada disso impediu, entretanto, que a cobiça lá chegasse, reivindicando parte das terras. Ou que a insensibilidade do Estado decidisse fazer cair sobre outras tantas – exatamente as áreas de nascentes, inclusive – uma dessas chamadas ‘unidades de conservação de proteção integral’, que no geral só ‘desprotegem’ a tudo e a todos: aos que até então protegiam a natureza, e a ela própria, que se arrisca a sucumbir em seguida à sanha de madeireiros, abrindo caminho para outros tantos invasores do capital.

Em dezembro, entretanto, essa picada foi percorrida ao longo de três horas por uma pessoa que não conheço pessoalmente, mas por quem aprendi a ter um respeito que só faz aumentar, cada vez que dele tenho notícias: o Defensor Público Andrew Toshio Hayama, do Vale do Ribeira, São Paulo. E a consequência de sua aventura em meio à mata e às escorregadelas, seguida de dois dias de acampamento junto à comunidade, teve como resultado uma Ação Civil Pública ajuizada segunda-feira última, 31. São dela as 104 páginas que se lê com prazer e respeito, na medida em que, no seu melhor estilo, Toshio mistura literatura, indignação, história e direito, honrando o que deveria ser (mas infelizmente nem sempre é assim entendido!) o papel da Defensoria Pública.

Como escreveu em resposta alguém que se assinou simplesmente Ton, Toshio “realmente entendeu o que é ser um advogado, um defensor. Se colocou de forma profunda no lugar do outro, de modo a entender seu problema e defendê-lo como estivesse defendendo a si próprio”.

Assino essa declaração com prazer e espero que, como resposta a essa atitude, a Justiça se faça, reconhecendo os direitos da comunidade Quilombola de Bombas, determinando a abertura de uma estrada que dê a ela condições dignas de acesso na medida em que isso se faça necessário, exigindo que a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo respeite os direitos dos remanescentes quilombolas, de acordo com a Constituição de 1988 e a Convenção 169 da OIT, entre outras leis, contra um conservacionismo nefasto.

Antes de parar e só para dar um ‘gostinho’, posto, abaixo, o início da ACP. Para lê-la inteira (e
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

com certeza vale fazê-lo!), basta clicar AQUI <http://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2014/04/ACP-BOMBAS-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>. E parabéns, Andrew Toshio Hayama! Você nos dignifica e à Defensoria Pública.

BOMBAS, UM LUGAR PARA ESTAR COM DEUS[1]

Dai-me, Senhor, o lábio puro,
E a mão mais pura do que o lábio.
Dai-me, Senhor, a pupila da pomba,
E o pé mais sábio do que esta pupila.
Pois com o lábio rogarei a pele do mundo,
E com a mão me sentirei parente da pedra,
E com a pupila verei a dança das palmas ao vento,
E com o pé saberei o vasto rumor dos caminhos.

Helio Pellegrino, Lucidez Embriagada

Em dezembro do ano de 2013, este Defensor Público esteve em Bombas, lá permanecendo acampado por dois dias. Palmilhou, por fatigantes 03 horas, a tortuosa e lamacenta trilha, escorregando e tombando incontáveis vezes, que leva à resistente comunidade quilombola, quicá a mais olvidada delas.[2] O povo belo e acolhedor, a exuberante paisagem por eles preservada, a riqueza cultural e a paz espiritual compensam o sofrimento e fazem a visita valer a pena.[3]

No entanto, isolamento, hoje, não significa, como outrora, refúgio e proteção para os quilombolas,[4] mas abandono e invisibilidade. A palavra de ordem é reconhecimento, pois há toda uma história a resgatar e dignidade a reafirmar.

Para além das políticas de compensação e da garantia do mínimo existencial, desperta-se para horizonte mais generoso de emancipação plena e de vida em abundância simbolizado pelo termo etnodesenvolvimento, contemplando atividades como o turismo comunitário de base, o cooperativismo, a agricultura de subsistência e em pequena escala, o extrativismo de baixo impacto ambiental, a gestão sustentável do território, a soberania no uso do conhecimento tradicional etc. Portanto, um mundo todo a ganhar.[5]

(Veja a íntegra AQUI <http://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2014/04/ACP-BOMBAS-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>).



Universidade de Brasília reduz de 20% para 5% reserva de vagas para negros
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.04.2014

Mariana Tokarnia – Repórter da Agência Brasil

A Universidade de Brasília (UnB) decidiu ontem (3) manter o sistema de cotas para negros. No próximo vestibular, a UnB reservará 27% das vagas para alunos de escolas públicas (cotas sociais) e 5% para estudantes negros. Até o último vestibular, eram reservadas 20% das vagas para negros. Atualmente, dos 35.785 alunos da universidade, 3.401 ingressaram pela política de cotas raciais. O edital deverá ser divulgado na semana que vem.

A UnB foi pioneira na política de cota, criada em 2003. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da universidade votou pela manutenção do sistema. Foram 7 votos apenas pelas cotas sociais e 32 pela manutenção das cotas raciais.

Posteriormente, os membros do conselho vão definir o prazo de validade da decisão.

“Evidentemente não estava em discussão o cumprimento da lei. A universidade vai cumprir a lei federal (Lei 12.711/12). Mas a UnB considera que, mais do que a lei, além do que está na lei, é preciso uma cota extra, digamos assim, para alunos negros sem nenhuma restrição social”, disse o reitor da UnB, Ivan Camargo. Para ingressar na universidade pelas cotas sociais, o estudante deve ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, o que não é pré-requisito para as cotas raciais.

Essa política começou a ser discutida após um caso de racismo na pós-graduação da UnB, no final da década de 90. O episódio foi presenciado pelo professor de antropologia José Jorge de Machado. Ele é um dos membros da comissão que propôs a continuidade das cotas raciais. “Para a UnB, a lei do governo tem retrocessos e tem exclusões. Vários dos estudantes negros que estão hoje na UnB não entrariam mais com a lei do governo”, afirmou o professor.

O objetivo das cotas não é uma compensação econômica. “As cotas mudam imagens, possibilidades profissionais, padrões culturais, dinâmica de espaços de poder, criam combinações intelectuais mediante a proximidade de pessoas antes apartadas, podendo inclusive gerar ideias e resoluções inéditas”, diz documento coletivo de membros das comunidades negra e indígena, assinado por centenas de pessoas e entidades.

De acordo com dados da UnB, o desempenho de alunos cotistas e não cotistas é semelhante, com diferenças de décimos na média das notas. Em medicina, um aluno cotista tem desempenho de 4,1 e um não cotista, de 4,22. Em estatística, a média é 3,56 para cotistas e 3,7 para não cotistas. Também segundo a universidade, no Campus Darcy Ribeiro, em Brasília, 73% dos alunos negros não conseguiriam ingressar se não fosse pelas cotas. No campus da Ceilândia, no Distrito Federal, esse percentual é 58,3% e, no Gama, também no DF, 70% não ingressariam na UnB.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

A cientista social Natália Maria Machado está entre esses estudantes. Ela entrou na universidade no ano de implementação das cotas. "Não teria entrado na universidade se não fosse por cotas, em tempo hábil para as minhas condições de vida. Não teria", lembra Natália. "Pelas cotas, peguei a universidade num clima e atmosfera de discussão que propiciaram, apesar de todos os desafios, que eu entrasse em contato com as agendas políticas nacionais que dizem respeito à sobrevivência do meu povo e da sociedade, em geral, de forma digna, plural e inclusiva".

As cotas serão aplicadas também no Programa de Avaliação Seriada (PAS) e nas vagas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que classifica os alunos pela nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).



Força Nacional continua em RO por mais 60 dias

SÍTIO BRASIL 247, 04.04.2014

Homens da Força Nacional de Segurança Pública continuarão reforçando as ações de defesa civil e segurança em Rondônia nas áreas atingidas pela cheia do Rio Madeira; o rio, que tem cota de alerta de 14 metros, registrou 19,59 metros na última medição feita pela Agência Nacional de Águas; em todo o estado, cerca de 25 mil pessoas foram afetadas pelas enchentes, a maioria ribeirinhos de Porto Velho e seus distritos

Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil

Os homens da Força Nacional de Segurança Pública continuarão reforçando por mais 60 dias as ações de defesa civil e segurança em Rondônia nas áreas atingidas pela cheia do Rio Madeira. A portaria do Ministério da Justiça que prorroga a permanência do efetivo está na edição de hoje (4) do Diário Oficial da União.

O governador de Rondônia, Confúcio Moura, pediu a prorrogação da permanência da Força Nacional no dia 11 de março. O prazo do apoio prestado pelo efetivo poderá ser prorrogado novamente.

A Força Nacional ajuda na transferência de famílias que tiveram que deixar suas casas por causa da enchente do Rio Madeira, no controle e segurança de rodovias. A operação tem o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de segurança pública de Rondônia.

Bombeiros da Força Nacional, especializados no trabalho de resgate de vítimas e no auxílio a desabrigados, estão no estado desde 21 de fevereiro.

O rio, que tem cota de alerta de 14 metros, registrou 19,59 metros na última medição feita hoje pela Agência Nacional de Águas. Em todo o estado, cerca de 25 mil pessoas foram afetadas pelas enchentes, a maioria ribeirinhos de Porto Velho e seus distritos.



MA: famílias desintrusadas da TI Awá aceitam área disponibilizada pelo Incra
SÍTIO BLOG DO RICARDO SANTOS, 04.04.2014

Assessoria do Incra

O juiz federal José Carlos do Vale Madeira, da 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, se reuniu com representantes do Governo Federal para avaliar o andamento final das ações de retirada das famílias de não índios que ocupam a Terra Indígena Awá, localizada no noroeste do Maranhão. A reunião ocorreu nesta terça-feira (1º), às 15 horas, na Sede da Justiça Federal, em São Luís. reunião_comite_awa_flavia_silva_ascom_incra_ma

Também participaram da reunião os trabalhadores rurais Remi Soares Saraiva, do povoado Caju, e Antônio Moraes da Silva, do povoado Cabeça Fria. Eles representaram a comissão de trabalhadores rurais que visitou, no período de 26 a 30 de março, as áreas em Coroatá e Parnarama disponibilizadas pela Superintendência do Incra no Maranhão para assentar as 225 famílias desintrusadas, que se cadastraram junto à autarquia para serem beneficiárias da reforma agrária. Durante a reunião, os dois representantes relataram ao juiz que a comissão foi composta por cinco trabalhadores rurais, com a participação de grupos dos três maiores povoados que compõem a Terra Indígena Awá: Caju, Cabeça Fria e Vitória da Conquista. Segundo informaram ao magistrado, das duas áreas oferecidas pelo Incra eles escolheram o assentamento São José/São Domingos, localizado no município de Parnarama.

Visitas da comissão

"Gostamos muito da área que o Incra disponibilizou em Parnarama. No começo a gente achou que era ruim, mas depois que visitamos a área, vimos que o Rio Itapecuru margeia uma parte do assentamento, que já existem outras famílias produzindo lá e fomos muito bem recebidos pelos assentados", enfatizou Remi Saraiva em seu depoimento ao juiz.

Já Antônio Moraes da Silva, do povoado Cabeça Fria, disse que a notícia de que a terra em Parnarama é boa já está se espalhando entre as famílias cadastradas e, segundo acredita, mais da metade dos cadastrados está disposta a ir para o local. "Na nossa visita ao assentamento vimos que lá as famílias plantam em lotes coletivos. Estamos dizendo ao Incra que iremos para Parnarama, mas queremos a demarcação individual dos lotes", ressaltou.

Para o superintendente regional do Incra no Maranhão (Incra/MA), José Inácio Rodrigues, a decisão da maioria de ir para Parnarama demonstra que o trabalho técnico da autarquia na escolha do local foi acertada e atende aos reais interesses do grupo, que é o de desenvolver-se e viver com segurança e dignidade. "O Incra no Maranhão já vai providenciar apoio para o acampamento provisório das famílias, logística de transporte até a área e a infraestrutura básica para instalação das delas", disse.

Prorrogação de prazo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Na reunião, o coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, informou que a operação de desintrusão será prorrogada até o dia 20 de abril.

“Precisamos de mais alguns dias para retirar as 28 famílias que ainda estão no povoado Vitória da Conquista, fechar alguns ramais de estradas, colocar placas indicando os limites da reserva indígena, enfim, fazer os últimos acertos”, explicou Tubino, lembrando que toda a rede elétrica existente dentro da TI (postes, transformadores e fiação) será retirada pela Companhia Energética do Maranhão (Cemar) após esse prazo.

Também será dada nova oportunidade às famílias de não índios que foram notificadas pela Justiça Federal, mas que não procuraram o Incra/MA para se cadastrar. “Vamos disponibilizar novamente servidores para fazerem o cadastramento dessas famílias, a fim de que não sejam prejudicadas”, afirmou o superintendente regional, José Inácio Rodrigues.

Nova reunião do Comitê

O juiz federal José Carlos do Vale Madeira agendou para o dia 24 de abril, às 15h, na sede da Justiça Federal do Maranhão, a próxima reunião do Comitê de Acompanhamento da Desintusão da Terra Indígena Awá. O prefeito de Parnarama, Davi Carvalho, será convidado a participar. O objetivo é sensibilizá-lo a apoiar essas famílias que serão deslocadas para o município.

“O município precisa apoiar esta ação, construindo escolas, postos de saúde, melhorando as estradas de acesso ao assentamento. Essas famílias precisam ter acesso às políticas públicas para se manterem na área”, explicou.

Também participaram da reunião na Justiça Federal o procurador da República Alexandre Soares, representantes da Advocacia-Geral da União, Funai, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e Companhia Energética do Maranhão (Cemar).



Curso preparatório para pós-graduação para negros e indígenas termina hoje
SÍTIO MIDIAMAX, 04.04.2014

Geisy Garnes/Informações UEMS

O curso de "Formação Pré-Acadêmica: equidade na pós-graduação", oferecido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (Neppi/UCDB) em Campo Grande e pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Dourados, teve o prazo de inscrições estendido até hoje.

Serão oferecidas 100 vagas, sendo 50 delas na UCDB em Campo Grande e as outras 50 na UEMS em Dourados. Em cada localidade, são 20 vagas para indígenas, 20 para negros (pretos e pardos) e dez para graduandos negros e indígenas que estejam cursando o último ano da graduação em 2014.

O objetivo é preparar negros e indígenas para concorrerem a programas de mestrado ou doutorado. Financiado pela Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, com carga horária de 200 horas, prevê atividades obrigatórias como encontros, aulas práticas, tutoria e avaliações. As matérias oferecidas são, Português Acadêmico, Língua Estrangeira (Inglês), Metodologia de Pesquisa e Projetos e Seminário de Projeto de Pesquisa e podem acontecer, às sextas à noite, sábados, domingos e/ou feriados, o cronograma ainda será elaborado.

Para participar do processo de seleção, o candidato deve ter diploma de graduação, ser oriundo de grupos sociais sub-representados no ensino superior, nominadamente negros (pretos e pardos) e indígenas, e ser brasileiro ou estrangeiro com situação regular no Brasil.



Exposição em Manaus reúne produtos indígenas e biojoias

SÍTIO INTERJORNAL, 04.04.2014

Peças são confeccionadas em sementes de jarina e piaçava dentre outras. Exposição fica aberta para visitação do público de terça a sexta-feira.

O Paiol da Cultura o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), na Avenida André Araújo, Zona Centro-Sul, recebe exposição de produtos indígenas e biojoias produzidos pela União das Mulheres Artesãs Indígenas (Umai). As peças são confeccionadas em madeira marchetada, sementes de jarina e piaçava dentre outra. A exposição fica aberta para visitação do público de terça a sexta-feira, das 9h às 17h, até o dia 11 de abril.

Durante a exposição, serão mostrados aos visitantes diversos acessórios feitos artesanalmente com matérias-primas vindas da comunidade de Campina do Rio Preto, na região de Santa Isabel do Rio Negro, como pulseiras, brincos e anéis marchetados com sementes de babaçu, jupati e jarina - semente comparada ao marfim animal - e outras biojoias feitas a partir dos frutos do buriti, açaí e tucumã.

Segundo o Inpa, antes da criação do Bosque da Ciência, era usado como depósito de produtos inflamáveis utilizados nas pesquisas do Inpa. Com a criação do Bosque (em 1º de abril de 1995), o depósito se transformou em Paiol da Cultura por um período de 17 anos e em seguida serviu como sala de aula.



Dourados realiza dia 12 o 4º Miss e Mister Indígena

SÍTIO FATO NEWS, 04.04.2014

A Prefeitura de Dourados, em parceria com a Unigran e a Prefeitura de Itaporã, realiza no dia 12 deste mês o 4º Miss e Mister Indígena, na Vila Olímpica da Aldeia Bororó, às 19h. No próximo sábado, dia 5, acontece o lançamento do concurso, no Recanto Tio Liko, na Aldeia Jaguapiru.

De acordo com o coordenador do concurso, Fernando Lúcio Barbosa, o Fernandinho, neste ano houve 62 inscrições, sendo 33 meninos e 29 meninas das etnias terena, guarani-kaiowá e guarani-nhandewa. Na quarta-feira, 20 jovens foram selecionados para participar, de acordo com o regulamento. Puderam se inscrever indígenas com idade entre 15 e 25 anos, solteiros, sem filhos e que residam nas aldeias de Dourados.

A indígena vencedora ganhará o direito de participar do 1º Miss Brasil Indígena, que será realizado em 14 de setembro em Brasília.

O concurso de Miss e Mister Indígena acontece durante a programação da Semana dos Povos Indígenas, que vai ser realizado em Dourados de 12 a 20 deste mês. Nesta semana a equipe de organização já se reuniu com a Polícia Militar, Força Nacional, Polícia Federal, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Guarda Municipal, para definir as estratégias de segurança no dia do evento, na Vila Olímpica Indígena.

De acordo com Fernando, o concurso é aguardado com muita expectativa por parte da comunidade das aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho. A atual miss indígena, eleita no ano passado, é Daiane Martins Romeiro, 17, e Fernando da Silva Souza Júnior, 16, foi eleito Mister Indígena.

Fonte: Assecom



Boletim de Notícias - Edição nº 62./ 2014

Brasília, 04 de abril de 2014.

Debate aborda questão indígena nos Campos Gerais

SÍTIO JORNAL DA MANHÃ, 04.04.2014

A partir das 9 horas, gestores e técnicos de programas de assistência social e se reúnem na sede do Escritório de Ponta Grossa, localizado na rua Airton Plaisant

O Escritório Regional da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social situado em Ponta Grossa realiza, hoje, um debate sobre a questão indígena na região dos Campos Gerais. A partir das 9 horas, gestores e técnicos de programas de assistência social e se reúnem na sede do Escritório de Ponta Grossa, localizado na rua Airton Plaisant, na região central de Ponta Grossa, para discutir formas de atendimento à população indígena nos Campos Gerais.



Abertura dos jogos dos povos indígenas do RS 2014

SÍTIO RÁDIO MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA/RS, 19.11.2013

Aconteceu, na noite da quinta-feira, 03 de abril de 2014, no Setor Km 10, da Terra Indígena do Guarita (Tenente Portela/Redentora e Erval Seco), no município de Tenente Portela/RS, com participação do Secretário Estadual do Esporte e do Lazer do RS, do prefeito municipal de Tenente Portela, Elido João Balestrin, do Cacique Valdones Joaquim, do Sub Comandante do 7º BPM, Capitão Nascimento, além de outras autoridades civis e militares, a abertura oficial dos JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS DO RS, que agora, em 2014, estão na terceira edição.

Mais de 550 atletas de 15 Terras Indígenas (Kaingang e Guaranis) do RS participarão do evento que será realizado de 03 a 06 de abril.



Curso "Equidade na pós-graduação" recebe inscrições até hoje

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 04.04.2014

Em Campo Grande e Dourados, negros e indígenas interessados em fazer mestrado ou doutorado têm oportunidade de aprimorar a preparação para os processos seletivos. O curso preparatório gratuito "Formação Pré-acadêmica: equidade na pós-graduação" recebe inscrições esta sexta-feira (04).

Com o objetivo de preparar negros e indígenas para concorrerem a programas de mestrado ou doutorado, o curso tem carga horária de 200 horas e prevê atividades obrigatórias como encontros, aulas práticas, tutoria e avaliações. Essas atividades poderão ser desenvolvidas, a critério da coordenação do curso, às sextas à noite, sábados, domingos e/ou feriados, conforme cronograma que será elaborado. As matérias oferecidas são Português Acadêmico, Língua Estrangeira (Inglês), Metodologia de Pesquisa e Projetos e Seminário de Projeto de Pesquisa.

O curso é oferecido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (NEPPI/UCDB) em Campo Grande e pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Dourados com recursos da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas.

São oferecidas 100 vagas, sendo 50 delas na UCDB em Campo Grande e as outras 50 na UEMS em Dourados. Em cada localidade, são 20 vagas para indígenas, 20 para negros (pretos e pardos) e 10 para graduandos negros e indígenas que estejam cursando o último ano da graduação em 2014.

Para realizar inscrição, o candidato deve ter diploma de graduação, ser oriundo de grupos sociais sub-representados no ensino superior, nominadamente negros (pretos e pardos) e indígenas e ser brasileiro ou estrangeiro com situação regular no Brasil.

Na Católica, o curso é coordenado pela professora Eva Maria Ferreira e na UEMS pela professora Beatriz Landa. Essa será a terceira turma do curso. As atividades da primeira turma tiveram início no segundo semestre de 2012.

Mais informações e solicitação do edital pelos telefones 3312-3590 (UCDB) e 3902-2635 (UEMS) ou pelos e-mails equidade@uems.br e neppiucdb@gmail.com.



Violações a direitos indígenas, foco de nova audiência da Comissão Nacional da Verdade em MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 04.04.2014

Relatos de 6 etnias poderão ser base para possíveis pedidos de indenização coletiva, ou outras ações compensatórias, em favor das comunidades indígenas

A 2ª Audiência da Comissão Nacional da Verdade em Dourados (MS), que vai tratar da violação de direitos indígenas entre 1946 e 1988, vai ser realizada de 24 a 26 de Abril. O evento vai ocorrer no cine auditório da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Na abertura, às 19h do dia 24, o pesquisador Marcelo Zelic apresentará o Relatório Figueiredo, fruto de investigação sobre violência contra indígenas no país durante a ditadura militar.

Zelic encontrou o documento - que se julgava desaparecido em um incêndio - e suas descrições de torturas contra índios realizados com apoio do extinto Serviço de Proteção ao Índio.

Nesta segunda sessão serão apresentados nove casos de violação contra os indígenas em Mato Grosso do Sul, que culminaram na expulsão de seus territórios tradicionais. A audiência contará com a presença das etnias guarani-ñandeva, guarani-kaiowá, terena, kadiwéu, kinikinau, ofaié-xavante e guató, todas de Mato Grosso do Sul. Especialistas acompanharão os depoimentos devido à dificuldade dos indígenas com a língua portuguesa.

As informações e depoimentos desta segunda audiência vão somar com as já colhidas pela Comissão Nacional da Verdade em 21 de fevereiro, na 1ª audiência da CNV voltada para os direitos indígenas no país. Poderão servir como base para possíveis pedidos de indenização coletiva, ou outras ações compensatórias, em favor das comunidades indígenas.

Para o procurador da República Marco Antonio Delfino, "é importante que nós entendamos este processo histórico, que ocasiona 60 suicídios ao ano. A violência sistêmica começou lá atrás, capitaneada pelo Estado brasileiro. Crimes foram cometidos, remoção de populações inteiras, para atender interesses particulares. Estamos resgatando o direito à verdade, à reparação e, principalmente, agindo para que isso não se repita".

Justiça nos Trilhos lança Mapa das Comunidades afetadas pelo Programa Grande Carajás

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.04.2014



É cada vez mais importante visibilizar que os grandes projetos instalados ou ampliados no país trazem consigo um amplo rastro de impactos. É com esse objetivo que a Rede Justiça nos Trilhos está lançando durante essa semana o Mapa das comunidades afetadas pelo Programa Grande Carajás no Maranhão e Pará.

O mapa, com acesso interativo no site da rede, faz um levantamento das comunidades impactadas ao longo de 900 km de ferrovia, desde a mina de Parauapebas no Pará até a cidade de São Luís no Maranhão e o porto de Ponta da Madeira. Ao longo desse território, denominado "Corredor de Carajás", existem mais de 100 comunidades somente na área de influência direta da Estrada de Ferro Carajás (500 metros de cada margem da ferrovia). Em construção permanente, o mapa visualiza algumas das muitas informações organizadas em um banco de dados mais amplo e detalhado, feito pela rede Justiça nos Trilhos.

A ferramenta é fruto da sistematização do trabalho de lideranças e educadores populares, realizado diariamente no Corredor de Carajás.

Trata-se de uma oportunidade para que diferentes comunidades que sofrem os mesmos impactos se reconheçam por terem entre si conflitos e resistências comuns. Além disso, é um instrumento para jornalistas e pesquisadores que queiram conhecer os danos provocados pela empresa Vale nos Estados de Pará e Maranhão.

"Os grandes projetos de mineração, as hidroelétricas e barragens, os minerodutos e muitos outros investimentos são financiados com dinheiro público, favorecem o lucro privado e provocam violações coletivas. Visibilizar esses impactos, dar um nome às comunidades

CONT.



atingidas, mostrar fotos, elencar os danos e narrar o sofrimento é mais uma estratégia para por um freio à expansão descontrolada desse modelo extrativista”, afirma Pe. Dário Bossi, membro da Rede Justiça nos Trilhos.

O mapa das comunidades atingidas ao longo do corredor de Carajás se baseia no “Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”, realizado pelas organizações Fiocruz e FASE. Alguns casos do Corredor de Carajás já estão sistematizados nos estudos dessas organizações.

Essa é também mais uma iniciativa em vista do Seminário Internacional “Carajás 30 anos: mobilizações e resistências frente a grande projetos na Amazônia Oriental”, que de outras formas pretende visibilizar e documentar, pela voz direta dos afetados, todos os tipos de violações sofridas.

Acompanhamento das comunidades impactadas

A construção desse mapa é resultado do trabalho de lideranças comunitárias e de um acompanhamento realizado por pesquisadores da Rede Justiça nos Trilhos. “Trabalhamos junto às comunidades em níveis diferenciados, de acordo com a compreensão da violação sofrida e com a disposição da comunidade de se organizar para exigir que o dano sofrido seja reparado, ou para impedir que futuros danos sejam causados”, ressalta Sislene Costa, pesquisadora que acompanha as populações atingidas.

Para ela, a forma como a Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi instalada na Amazônia Oriental, nos anos 1980, causou impactos sofridos até os dias atuais pelos diversos grupos sociais. Com a duplicação da ferrovia, muitos dos danos causados na sua instalação estão se repetindo. Trata-se de remoções, assoreamento de fontes hídricas, danos às estradas vicinais e às estruturas de residências em decorrência da circulação de veículos pesados, atropelamentos de pessoas e animais, dificuldade na travessia e violação do direito de ir e vir das comunidades, dentre outros.

Hoje, a dúvida que gera maior insegurança nas comunidades é o fato de não saberem como será garantida a segurança e o direito ao atravessamento da linha de ferro após a duplicação da EFC, prevendo-se inclusive a circulação do dobro das composições. A empresa não dialoga com a população e isso deixa as pessoas insatisfeitas e preocupadas.

“Ao mostrar os impactos da ferrovia, o mapa desvela também a ineficiência do Estado em prover a infraestrutura necessária a uma vida digna a essas pessoas. Revela ainda, quão falacioso é o discurso da Vale sobre desenvolvimento, que há 30 anos o povo espera”, denuncia Sislene Costa.

O mapa pode ser acessado no site da Rede Justiça nos Trilhos e será atualizado permanentemente.

Rede Justiça nos Trilhos

Foto: Marcelo Cruz